



FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
ATA Nº 08/2025

Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões Virtual, realizou-se reunião ordinária do Comitê de Investimentos. Registrou-se a presença do Presidente do IPAM, Sr. Gustavo da Silva Machado, do Diretor Financeiro, Sr. Vinícius de Vargas Bacichetto, da Tesoureira do FAPS, Sra. Luciane Maraschin e dos representantes do Conselho Deliberativo, Sr. Auro Luis da Silva e Sra. Lívia Cristina Brum Ries. Como pauta da reunião se tem o seguinte tema: a) análise da carteira do FAPS, referente ao mês de maio e junho; b) informações sobre a compra de títulos públicos realizada no dia 05/06 (quantidades, taxas e etc...); c) debate sobre orientações das alterações da carteira - sugestão da Assessoria Financeira; d) assuntos gerais. Vinícius iniciou a reunião comentando sobre o desempenho da carteira do FAPS no mês de maio. Segundo o relatório gerencial, emitido pela Assessoria Financeira, o FAPS encerrou o mês de maio/25 com um montante de R\$ 702.935.558,47, sendo R\$ 9.738.079,82 de rentabilidade auferida pelos investimentos do FAPS. Ainda, destacou que a carteira do FAPS estava com rentabilidade de 1,40% ante a meta atuarial de 0,67%. Já para o mês de junho, Vinícius destaca que a carteira rentabilizou R\$ 6.676.325,91, fechando o primeiro semestre com um acumulado de R\$ 42.446.277,76 de rendimento. A carteira encerrou o mês de junho/25 com R\$ 714.523.794,17. Deste montante, destaca-se aplicação nos seguintes segmentos e percentuais: 56,91% em títulos públicos (Art. 7, I, a); 22,03% em Renda Fixa (Art. 7, III, a); 14,06% em Renda Fixa (Art. 7, I, b); 5,91% em Fundos de Renda Variável (Art. 8, I) e 1,09% em Fundos Multimercado (Art. 10, I). Além disso, Vinícius mostrou que a carteira do FAPS, em junho, apresentou um rendimento de 0,94% ante a meta atuarial de 0,65%, sendo assim, encerrou o primeiro semestre com um acumulado de desempenho de 6,33% ante a meta atuarial de 5,56%, representando 0,77% acima da meta. Dito isso, Vinícius passou para o segundo ponto de pauta, que é informar os membros do Conselho Deliberativo sobre a compra dos lotes de títulos públicos. Desta forma, os membros tomaram conhecimento de que, conforme aprovação na última reunião, foram comprados dois lotes de títulos públicos compostos por papéis de NTN-B 2045 e 2050. O lote de NTN-B 2045 totalizou investimento de R\$ 21.602.464,73, representando a compra de 5.359 unidades com preço unitário de R\$ 4.031,062648 e taxa de IPCA+7,1150%, já o lote de NTN-B 2050 totalizou investimento de R\$ 36.396.449,60, representando a compra de 8.957 unidades com preço unitário de R\$ 4.063,464285 e taxa de IPCA+7,0750%. Encerrada a segunda pauta, passou-se para a terceira pauta que é a análise da alteração da carteira. Vinícius iniciou informando que no final de junho, a carteira tinha 56,91% investidos em títulos públicos e lembrou os membros que o limite de investimento, segundo a Política de Investimentos (PI) 2025, é 60% do patrimônio total em títulos públicos. Vinícius relata que na última apresentação da Assessoria Financeira foi indicada,



novamente, a compra de títulos públicos até o limite permitido (60%). Além disso, deveria se realocar recursos financeiros em fundos de investimentos DI, uma vez que, segundo os estudos, essa movimentação alcançaria a meta atuarial em 2025 e que, estudos projetam alcançar em 2026. Para realizar tais movimentações a Assessoria Financeira indicou os resgates total de fundos com benchmark IRF-M, IMA-B, IMA-B5+, IMA Geral e resgate parcial dos fundos em renda variável, tais como BB Governança, BB Dividendos e BB FIC ESG BDR Nível I, tendo como opção de investimentos os fundos atrelados ao DI, na qual se teriam as seguintes indicações: Banrisul Absoluto, BB Perfil e Caixa Matriz. Não foi indicado o Fundo Caixa Referenciado pois o RPPS não pode superar o limite de investimento sobre o PL do fundo. Além disso, havia sido solicitado um estudo que projetasse a possibilidade da não realização dos movimentos na íntegra. Assim sendo, a Assessoria Financeira, enviou uma tabela que traçava a relação com “Redistribuição do Risco” *versus* “Retorno Exigido Ativos de Risco (Junho a Dez 25)” *versus* “Retorno Exigido Ativos de Riscos em 2026”. Vinícius apresentou a tabela e realizou as devidas explicações, apresentando a correlação entre elas. Por fim, também se solicitou à Assessoria Financeira, um estudo que envolvesse os fundos disponíveis no mercado, levando em consideração Instituições Financeiras Públicas e Privadas que representassem estratégias de investimentos similares ao Fundo Caixa Matriz. A Assessoria Financeira, em resposta, apresentou, novamente a indicação de alocação de 60% em títulos públicos e o restante nos seguintes fundos, a escolher, pelos membros do Comitê: BB Perfil, BB Previdenciário Fluxo, Caixa Referenciado, Caixa Disponibilidades, Bradesco Premium, Santander FIC Premium, Itaú Referenciado e Caixa Brasil Matriz. Vinícius informou que o fundo Caixa Referenciado não poderia ser, pois hoje o FAPS representa 14,68% do PL do Fundo e, segundo a Assessoria, seria interessante ter 2,0% de margem, o que elevaria para 16,68% e este é um fundo utilizado para o fluxo de caixa, que recebe mensalmente os excedentes de conta corrente. Além disso, a Assessoria informou que não elencou na lista o Banrisul Absoluto por se tratar de um fundo exclusivamente atrelado aos títulos públicos. Vinícius realizou apresentação de cada um dos fundos citados, observando as rentabilidades no ano de 2025, em 12 meses, em 24 meses, 48 meses e 60 meses. Dos fundos, dois tiveram destaques para os rendimentos que eram os Fundos Bradesco Premium e Itaú Referenciado. Ficando em terceiro lugar o BB Perfil. Como forma complementar para a decisão, Vinícius relatou que, de maio para junho, os índices IRF-M, IMA-B 5+ e IMA Geral apresentaram elevação na rentabilidade acumulada, sendo, em maio de 2025, 8,84% IRF-M, 7,41% IMA-B5+, 6,55% IMA Geral e 5,26% CDI. Já em junho de 2025 foram: 10,77% IRF-M, 8,80% IMA-B5+, 7,91% IMA Geral e 6,41% CDI. Vinícius destacou que a carteira do FAPS teve rendimento (junho/2025) de 6,33%, demonstrando que a carteira está bastante atrelada ao DI e aos Títulos Públicos. Vinícius comentou que os índices citados anteriormente são exatamente a grande maioria dos fundos que a Assessoria indicou resgate. Segundo ele, é compreensível, tendo em vista o objetivo de redução de volatilidade e risco. Porém, por outro lado, se reduz possíveis ganhos. Gustavo pediu se todos os fundos apresentados pela Assessoria tinham liquidez imediata. Vinícius respondeu que sim, que todos eles são de D+0 ou D+1. Luciane comentou que, segundo o posicionamento da Assessoria, no e-mail do dia 16/07, para 2026, existe uma probabilidade, mas não uma certeza que a movimentação para fundos em DI



alcançaria a meta desejada. Vinícius comentou que alguns índices econômicos, no Brasil, vieram melhores do que o projetado pelo mercado, principalmente em relação ao consumo. Disse, ainda, que existe uma tendência do Banco Central de manter o atual patamar de taxa de juros, ou seja, em 15%. Sendo assim, fundos que tem o benchmark como IMA-B, IRF-M e títulos públicos, poderão performar de forma mais positiva, retornando rendimentos melhores em uma possível queda e que, considerando que o Banco Central já sinalizou a manutenção da taxa de juros para 2025, se os dados de mercado permitirem, o início do ciclo de baixa da taxa ocorreria em 2026, o que significa que esses fundos poderão performar melhor que o CDI, que começaria a rentabilizar menos em comparação com os demais fundos. Auro questionou como ficaria a taxa com a política de tarifa do Presidente Trump (EUA). Vinícius comentou que não tem como prever, uma vez que as empresas exportando menos, os produtos ficariam disponíveis internamente no Brasil e que isso poderia auxiliar a reduzir os preços, por outro lado, a taxação eleva custos e quem paga são os clientes. Então seria uma incógnita o comportamento econômico. Livia concordou com a fala do Vinícius e afirmou que é difícil prever, neste momento, as consequências. Gustavo reforça a fala dos membros do Banco Central, que, neste momento, a taxa de juros (15,00%) é o teto, o que indicaria a manutenção ou queda da mesma. Adicionalmente Vinícius mostra a tabela da ANBIMA com as taxas de NTN-B, informa que as taxas estão bastante atrativas e que seria uma oportunidade de compra. Gustavo, de imediato, sugeriu a alteração da PI 2025, reduzindo a liquidez de 40% para 30% e compra de mais títulos públicos. Vinícius sugere a compra de mais 3% do PL em títulos públicos, aproximando o total investido nesta categoria em 60% e, concomitante a isso, o encaminhamento da alteração da PI 2025 junto ao Conselho Deliberativo. Vinícius sugere resgate total do Fundo Banrisul Absoluto, já que é um fundo exclusivo em títulos públicos, porém marcados a mercado, e reverter este recurso em investimento direto no Tesouro, recebendo cupons e evitando volatilidade. Por unanimidade, foi aprovada a movimentação. Em seguida, Luciane questionou em qual papel investir. Ela sugeriu estender para 2050. Gustavo comentou que é relevante observar a ALM. Segundo Luciane, o estudo de ALM permite estender os investimentos até 2050, e que esta seria a sugestão da Assessoria Financeira, alongar ao máximo a compra de títulos públicos e destacou, ainda, que quando aprovada a alteração da PI, se abriria nova possibilidade de aumentar o percentual investindo em títulos mais curtos. Após os debates, foi aprovado por unanimidade o investimento em títulos públicos NTN-B 2050, sendo que o resquício de saldo, se reverte para fundo DI, bem como ficou aprovada alteração do item 5.5.3 da PI 2025, passando de 40% para 30%. Por fim, em assuntos Gerais, Auro comentou sobre a Oficina da qual participou em Bento Gonçalves realizada pela AGIP sobre concessão de benefícios, onde tomou conhecimento de evento que será realizado em setembro, também pela AGIP, em Caxias do Sul, voltado para Conselheiros dos Regimes Próprios de Previdência Social e membros dos Comitês de Investimentos. Questionou se o Instituto fará as inscrições. Gustavo realizou uma breve explicação do procedimento que poderá acontecer e afirmou que em momento oportuno será divulgado com maiores informações. Encerrando a reunião, nada mais havendo a relatar eu, Vinícius de Vargas Bacichetto, encerro a presente Ata que será assinada por mim e pelos demais



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL – IPAM
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

membros do Comitê de Investimentos. Esta Ata também serve como atestado de participação na reunião para fins de ausência laboral.